

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
CENTRO DE PESQUISAS SOCIAIS  
PESQUISA “DIAGNÓSTICO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE –  
FORMANDO REDES**

**Produto VI**

**Síntese do Diagnóstico da Infância e Juventude**

**Subsídios para a construção do Plano Municipal de  
Proteção Integral das Crianças e Adolescentes/JF**



Juiz de Fora, agosto de 2011.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

**Reitor**

Prof. Dr. Henrique Duque de Miranda Chaves Filho

**Vice-Reitor**

Prof. José Luiz Rezende Pereira

**Pró-Reitora de Pesquisa**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marta Tavares D'Agosto

**CENTRO DE PESQUISAS SOCIAIS**

**Diretor**

Prof. Paulo Cesar Pontes Fraga

**PESQUISA “DIAGNÓSTICO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – FORMANDO REDES**

**Produto VI - Elaboração de Subsídios para a construção do Plano Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente**

Alexandra Eiras

Cláudia Mônica dos Santos

Maria Aparecida Cassab

Rodrigo de Souza Filho



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>PARTE I - Condições de vida socioeconômicas em Juiz de Fora .....</b>	<b>5</b>
<b>PARTE II - Caracterização e qualidade da rede de serviços socioassistencias em Juiz de Fora .....</b>	<b>15</b>
<b>PARTE III - Subsídios para a construção do Plano Municipal de Proteção Integral das Crianças e Adolescentes de Juiz de Fora .....</b>	<b>33</b>



## INTRODUÇÃO

O presente relatório faz parte do Projeto “**DIAGNÓSTICO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – FORMANDO REDES**” executado pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), por meio de seu Centro de Pesquisas Sociais (CPS/UFJF).

Este relatório foi elaborado em três partes. A Primeira Parte – “**Condições de vida sócio-econômicas em Juiz de Fora**” – apresenta os principais dados encontrados nos seguintes documentos: “*RELATÓRIO ESTATÍSTICO E ANALÍTICO SOBRE O PERFIL SOCIOECONÔMICO DE JUIZ DE FORA, COM ÊNFASE NA CRIANÇA E NO ADOLESCENTE*” e nos itens 1 e 2 do documento “*PERFIL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM FAMÍLIAS REGISTRADAS NO CADASTRO ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORA*”.

A Segunda Parte – “**Caracterização e qualidade da rede de serviços socioassistenciais em Juiz de Fora**” – está baseada nos documentos *CARACTERÍSTICAS DA REDE DE SERVIÇOS SOCIAIS E ASSISTENCIAIS NA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE EM JUIZ DE FORA*; e no item 3 do documento “*PERFIL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM FAMÍLIAS REGISTRADAS NO CADASTRO ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORA*”.

A Terceira Parte – “**Subsídios para a construção do Plano Municipal de Proteção Integral das Crianças e Adolescentes de Juiz de Fora**” – aponta, a partir do diagnóstico traçado, alguns elementos para orientar a formulação da política de atendimento à criança e ao adolescente de Juiz de Fora.

Dessa forma, entendemos que o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente de Juiz de Fora, a partir do conjunto dos documentos apresentados, poderá, com base nas informações levantadas sobre a realidade da situação das crianças/adolescentes e dos programas sociais destinados a elas, construir uma política pública adequada às necessidades desta população.



## **PARTE I - Condições de vida socioeconômicas em Juiz de Fora**

### **1.1. Panorama geral das condições de vida socioeconômica de Juiz de Fora**

Diante dos recursos disponíveis e considerando as necessidades mais gerais do levantamento, optou-se por uma pesquisa amostral (*survey*) que atendesse aos parâmetros solicitados. Uma pesquisa desta natureza é normalmente realizada como alternativa aos dispendiosos levantamentos de tipo censo e atende perfeitamente ao solicitado. Foram aplicados 601 questionários.

Conforme destacado no documento *“RELATÓRIO ESTATÍSTICO E ANALÍTICO SOBRE O PERFIL SOCIOECONÔMICO DE JUIZ DE FORA, COM ÊNFASE NA CRIANÇA E NO ADOLESCENTE”*, Juiz de Fora, nos últimos 20 anos, não apresentou alteração significativa no quadro social e econômico, apesar de, se considerado a partir do início da década, ter ocorrido um aumento da formalização do emprego e uma redução do desemprego. A seguir apresentaremos os principais dados do referido documento.

#### **a) Mercado de trabalho e renda**

- A situação do mercado de trabalho entre os chefes de família indica uma situação onde 46% são aposentados ou pensionista e 25,5% empregados formalmente. O desemprego explícito (1,3%) e o temporário (1,8%) são baixos. Esta situação perfaz com que a mediana da renda do chefe de família seja definida em R\$810,00 e a mediana para a renda familiar seja de R\$1.350,00. Portanto, a renda do chefe de família equivale a aproximadamente 60% da renda familiar.

- É importante destacar que quanto menor a renda familiar mais importante é a renda do chefe em sua composição. Assim, para as famílias de menor renda a renda do chefe é muito mais importante. Neste sentido, considerando o Índice de Pobreza (2003) de 12,68% da população, mostra-se fundamental compreendermos o comportamento da renda do chefe de família deste segmento.



## **b) Educação**

- Em termos gerais, a pesquisa reforçou a tese de que Juiz de Fora é uma cidade escolarizada e com vagas disponíveis, ainda que necessite melhorar a qualidade. 27,8% da população frequentam a escola, indicando que a grande parte das faixas etárias até 18 anos está na escola.

- O destaque no quesito educação fica para a avaliação das escolas frequentadas pelas crianças/adolescentes. Considerando as respostas aplicáveis, 78% avaliaram a escola como ótima ou boa. Mesmo tendo que relativizar a avaliação (o que a população qualifica como ótimo ou bom), não podemos desconsiderar esse indicativo.

## **c) Moradia**

- O padrão das construções das moradias é, em sua esmagadora maioria (97,6%), de alvenaria. No entanto, além do padrão de construção não indicar, por si só, a qualidade da moradia, os 2,4% restantes, que envolvem cerca de 3.500 domicílios e, aproximadamente, 14.000 pessoas devem ser considerados. Pois, impacta, de forma negativa, o espaço urbano e a qualidade de vida dessas pessoas.

- A média da cidade engloba, por domicílio, 4,18 moradores 5,81 cômodos. Cabe destacar que 90,45% dos domicílios são ocupados por uma única família. Quanto aos moradores, o percentual de 7 a 10 moradores soma 5,7%; o de mais de uma família, 9,5% e o de até quatro cômodos chega a 11,3%.

- Um dado importante é a condição de ocupação da residência, onde 78% declaram possuir imóvel próprio e 17% alugado. Nesta situação, aqueles que pagam aluguel estão diante de uma mediana de R\$ 280,00.

## **d) Saúde**

- Os planos de saúde atingem 57,3%, com pelo menos um membro assistido. O setor público aparece como sendo exclusivo para 42,6%. Neste sentido, o SUS mostra-se indispensável para a política de saúde.

- A pesquisa levantou 2,0% da população com alguma deficiência (47,6% com deficiências físicas; 14,3% com deficiências visuais e 16,7% com deficiências auditivas), sendo que, dessas, 36,1% são independentes.

#### **e) Programas sociais (transferência de renda)**

- O Programa Bolsa Família é recebido por 9,7% dos entrevistados. Ou seja, atinge, aproximadamente, 14.000 famílias, ou 54.000 pessoas, as quais avaliam o programa como ótimo ou bom. Considerando o índice de pobreza de 2003 (12,86%) e a população de 2007 (513.348), podemos inferir que, provavelmente, os programas de transferência de renda em Juiz de Fora cobrem, de forma universal, a população elegível.

#### **f) Infraestrutura**

- A infraestrutura da cidade possui uma excelente cobertura, comprovada pelos dados abaixo:

- Abastecimento d'água – 98,8% , com abastecimento na rede CESAMA;
- Rede de esgotamento sanitário – 99,2% na rede geral, 0,3% em rede construída pelos moradores e 0,2% com despejo na rua/córrego;
- Coleta de lixo – 97,5% regular, com 0,4% com irregular e 1,4% longe do domicílio ou jogado em terreno;
- Energia elétrica – 98,2% de cobertura;
- Telefonia pública – 79,1%; telefonia fixa de 75,8% e celular de 84,2%;
- Correspondência – 99% no domicílio.

#### **g) Composição familiar**

- A composição familiar indica que em 42,8% existem crianças até 12 anos e em 28% existem adolescente de 13 até 17 anos e 11 meses. A combinação de ambos – crianças e adolescentes - atinge 55,8% dos domicílios. Há uma diferença de 15% que, obviamente, refere-se à presença isolada de crianças ou adolescentes nas moradias. Este dado por si só revela a grande preocupação que este segmento – até 18 anos – representa para a própria elaboração e gestão de políticas públicas



específicas.

Por isso os dados apresentados a seguir referem-se às condições de vida das famílias com crianças e adolescentes.

## **1.2. Crianças e adolescentes em Juiz de Fora – famílias e condições de vida**

Os dados a seguir referem-se apenas às condições domiciliares para crianças e adolescentes, reproduzindo exclusivamente suas condições de vida.

### **a) Mercado de trabalho e renda**

- Dos domicílios com crianças e/ou adolescentes, há um aumento do quantitativo de chefes de família mulheres e jovens.

- Diferentemente do número geral, 36,6% declaram possuir emprego formal, 12 pontos a mais que o conjunto da população. E o desemprego aparece como muito baixo (2%). Ainda que o chefe de família com crianças e adolescentes atinja 24,7% como aposentado/pensionista, este número é muito menor que os 46% encontrados na população em geral, revelando um dado muito significativo: o número de chefes de famílias com filhos em casa tem mais emprego formal e é menos dependente de valores de aposentadoria.

- No entanto, em relação à renda não há muita diferença para o conjunto da população (renda média do chefe: R\$700,00; mediana da renda familiar: R\$1.285,00). Vale ressaltar que quanto mais baixa a renda familiar, mais pesa a renda do chefe.

- Assim, identificamos a situação de maior vulnerabilidade nas famílias com renda até 2 SM (33,6% do total) dos domicílios com crianças e/ou adolescentes. Situação encontrada de forma mais intensa nas regiões leste e sul da cidade.





## **b) Educação**

- Em relação à escolaridade dos chefes de famílias com crianças e adolescentes, também não há grande diferença frente ao total da população. Até 9% tem curso superior, 25% de médio completo e 12% de fundamental completo. O analfabetismo é baixo (apenas 2,6%). Mais de 50% está acima do penúltimo ano do fundamental.
- Entretanto, há variações no que se refere à escolaridade das famílias com filhos até 18 anos. O percentual de ensino médio e curso superior completos são menores, embora o de analfabetos não o seja.

## **c) Trabalho infantil**

- De acordo com a pesquisa, 431 crianças/adolescentes encontram-se numa situação de trabalho precário em Juiz de Fora. Cabe ressaltar, no entanto que, conforme registrado no site da AMAC, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) atende apenas 200 crianças/adolescentes.

## **d) Saúde**

- As famílias com crianças e adolescentes têm uma média de 55% com pelo menos um morador com plano de saúde, contra 44,7% sem plano privado algum, média semelhante à da população total.
- O dado que se mostra relevante em relação à saúde refere-se à incidência de males à saúde. A diarreia aparece com incidência em 46,7% das famílias. Não há concentração desta incidência nas famílias de baixa renda. Entretanto, ocorre concentração espacial do referido mal nas áreas leste, nordeste e sul.
- Em relação à existência de crianças/adolescentes portadoras de deficiência, o levantamento indica que em 2,5% das famílias ocorre esta situação (média maior do que na população em geral). Entretanto o grau de dependência é relativamente baixo (38,5%).

### **e) Programas sociais (transferência de renda)**

- Em Juiz de Fora, 16,3% dos domicílios com crianças e adolescentes o recebem e avaliam o programa de maneira idêntica ao conjunto da população (71,4% de ótimo/bom). O percentual é maior do que para o conjunto da população, devido à inclusão de existência de crianças e adolescentes nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família.

### **g) Moradia**

- A situação de moradia das famílias com crianças/adolescentes não se altera em relação ao quadro da população em geral. No entanto, merece destaque a situação das famílias com crianças/adolescentes com renda até 3 SM (11,4%). Pois, estas famílias podem possuir um ônus excessivo com aluguel, concentrando-se nas regiões leste e sudeste.

### **h) Infraestrutura**

Não há diferenças significativas em relação à rede de infraestrutura e serviços dos domicílios com crianças/adolescentes frente às condições dos domicílios da população em geral.

### **i) Cultura e lazer**

- Em média, 66,45% dizem não ter acesso a lazer. Teatros, clubes, cinemas e shows são as opções mais restritas.

O conjunto das informações apresentadas permite visualizar o panorama das condições socioeconômicas em que vivem a população juizforana, no geral, e especificamente, a situação das famílias que possuem crianças e/ou adolescentes.

No entanto, considerando a necessidade de melhor retratar a situação das famílias que se encontram em condição de pobreza, foi também realizado um *survey*, tendo como base as famílias cadastradas no Cadastro Único de Assistência (CadÚnico). Os dados levantados por este *survey* serão apresentados a seguir.

### 1.3. Famílias cadastradas no CadÚnico – um perfil geral

O registro no CadÚnico tem por objetivo constituir um conjunto de dados sobre as famílias em situação de maior vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que serve de indicação para a “aplicação” de determinadas políticas, como o Bolsa Família. Assim, espera-se que a característica de renda no cadastro obedeça ao aspecto legal. Sua base é 1/2 salário mínimo (SM) por pessoa, ou R\$ 255,00, no momento da pesquisa.

A base utilizada para a construção da amostra foi o universo representado pelo Cadastro Único das Famílias (CadÚnico) do município de Juiz de Fora. Nesta cidade, a base (universo) do CadÚnico atinge 39.019 famílias e 127.424 pessoas. O resultado amostral indica que o Cadastro atende o esperado.

1. A média de pessoas por família é da ordem de 4,41 pessoas (para uma mediana de 4), acima da média geral da cidade da ordem de 3,5.
2. A renda média da família é de R\$ 793,38. Como existe dispersão maior de dados, a mediana é mais confiável. Neste caso, a renda cai para R\$ 644,00. Neste caso, pouco mais que o SM de R\$ 510,00.
3. A renda per capita, também com dispersão elevada, é de R\$ 170,00, isto indicando afirmativamente o critério do cadastro. Se observarmos os “percentis”, até 75% das pessoas que tem rendimentos recebem até R\$ 255,00, ou ½ SM.
4. Como o registro de pessoas que trabalham na família é baixo – média de 1,6 pessoas ou mediana de 1, temos que a renda é, na maioria absoluta dos casos, muito baixa e conforme o esperado.
5. O CadÚnico aceita cadastro até ½ salário como regra individual, o que é amplamente aceito. Os casos que atendem o critério de até 3 SM (R\$ 1.530,00) por família correspondem a 94,5% do total do cadastro. As distorções representam 5,5% do total. Se observarmos a relação da renda familiar com a recepção de bolsa família ou BPC, a distorção ocorre em 2,2% do total e o atendimento do programa para a renda mais baixa (até 1 SM) é muito forte, conforme esperado. Pela renda



per capita, a distorção é ainda menor: menos de 2%.

6. As pequenas distorções, quando acontecem, podem ser identificadas geograficamente – nas regiões norte (1,4%), leste (1,5%), sudeste (3,2%) e sul (4,4%). Cabe ressaltar que a renda de corte – 1/2 SM por pessoa – é tão baixa que variações explicáveis podem acontecer. De qualquer forma, os casos um pouco mais significativos estão nas áreas sul e sudeste.

7. Cabe observar que o resultado da pesquisa no que tange aos usuários indicou que o número de famílias efetivamente usuárias de programas sociais é realmente baixo. Isto revela uma limitação dos programas locais, problemas de cobertura e/ou até baixo conhecimento e problemas de divulgação de ações a partir de programas.

Os principais dados referentes às condições socioeconômicas desta população seguem abaixo.

#### **a) Emprego**

- A média das pessoas trabalhando por família é de 1,6. Daqueles que trabalham, 37% são informais.

#### **b) Programas sociais (Bolsa Família e BPC)**

- 47,5% das famílias declararam receber o PBF e 0,7% o BPC.

- Em relação a programas sociais, quando indagado se exerce atividade fora da escola ou recebe apoio continuado (mínimo de 3 meses) em ou por alguma instituição, 93% não fazem parte de atividade desta natureza. Dos 7% que tem alguma atividade, 34,4% estão em esportes, 24,7% em educação (com o grau de generalidade que isto significa) e 22,6% em arte e cultura – este percentual agregado chega a 81,7%. As regiões norte (97%) e sudeste (98,4%) possuem os maiores índices de não atendimento. Esses dados indicam que a inexistência de demandas além da capacidade de oferta de serviços, como informado pelas organizações/instituições, ocorre devido a não procura desses serviços pela

população e não pela falta de necessidade.

- Dos que possuem demandas sociais atendidas, apenas 44% consideraram que há serviço a ser avaliado.

### **c) Trabalho Infantil**

- Alguns dos adolescentes (e algumas crianças) trabalham e tem atividade remunerada formalmente. Segundo o resultado apurado, eles são 10,6% do total.

- Destes jovens trabalhadores, 41% estão em atividade informal, sendo que outros 17,7% estão em atividade informal mais de 12 horas por dia. Os 10% que trabalham informalmente com parentes – o que pode ser um eufemismo para tantas atividades – completam o quadro de 49% a 51% para a informalidade.

- A jornada acima de 12 horas é forte no nordeste e no centro.

### **d) Saúde**

- De acordo com o levantamento realizado, 18% das famílias declararam que as crianças/adolescentes possuem doença crônica. Destas, 64% referem-se a doenças respiratórias.

- A incidência de crianças/adolescentes portadoras de deficiência é baixa (4%). Destas, 40,4% possuem deficiência visual. No estrato de renda muito baixa (1 SM), a incidência de deficiência visual atinge 60%.

## **1.4 Perfil das famílias cadastradas no CadÚnico usuárias de serviços socioassistenciais**

- Foram encontrados 67 dos 613 casos que poderiam realizar algum tipo de avaliação do serviço – ou 10,9% do total.

- O número utilizado para as análises de avaliação apresentadas a seguir refere-se ao de crianças e adolescentes que recebem algum tipo de serviço gratuito de caráter

continuado, 93 ou 7% do total. Com essa triagem adicional, todas as referências, a partir daqui, consideram 14,6% dos domicílios.

- Por mais que exista a semelhança com o perfil geral, algumas situações merecem destaque:

- . Até 75% dos domicílios tem renda familiar de R\$ 925,00 (antes era R\$ 1.020,00).

- . A mediana de renda per capita caiu para R\$ 146,00 (R\$ 170,00 antes) e seu valor máximo para R\$ 524,00 (antes R\$ 1.000,00).

- . Até 75% dos domicílios ganham R\$ 191,00 (antes era R\$ 255,00).

- . O perfil médio da renda nas famílias que recebem serviços é verdadeiramente menor que no perfil geral. Enquanto 17,8% recebem até 1 SM de renda familiar, 74,4% recebem até 1/3 do SM.

- . A mediana de moradores é 5, (ante 4 no geral); a mediana de crianças é de duas por família (ante 1 no geral); a mediana de adolescentes permanece a mesma – 1 por domicílio.

Os elementos explicitados nesta parte do relatório apresentam a configuração da situação socioeconômica em Juiz de Fora e mostra os seus impactos nas condições de vida do conjunto das crianças e adolescentes, com destaque para as famílias com crianças e adolescentes em condição de pobreza.

Neste sentido, estes dados mostram as necessidades e os desafios a serem enfrentados para a construção de uma política pública destinada à infância e à adolescência, a partir das condições dos sujeitos sociais, ou seja, do ponto de vista da demanda por atendimento.

Em seguida, discutiremos a situação do ponto de vista da oferta do atendimento.

## **PARTE II - Caracterização e qualidade da rede de serviços socioassistenciais em Juiz de Fora**

Em 2001, a Faculdade de Serviço Social elaborou o primeiro diagnóstico na área da infância e juventude em Juiz de Fora. O produto dessa investigação foi sistematizado no tomo “Diagnóstico Infância e Juventude em Juiz de Fora: Formando Raízes” (junho de 2001), editado com recursos do BNDES.

Naquele período, decorridos, dez anos de publicação do ECA, o município de Juiz de Fora contava com a existência de praticamente todos os mecanismos institucionais indicados no Estatuto: Conselho Municipal e Conselhos Tutelares, Vara da Infância e Juventude, rede de serviços à infância e juventude dispoñdo de 80 organizações/instituições prestadoras de serviços sócio-assistenciais.

O trabalho realizado pela Associação Comunitária de Assistência Comunitária (AMAC) destacava-se como um conjunto de serviços melhor estruturado e com possibilidade de atendimento mais ampla.

As informações acerca das organizações e instituições prestadoras de serviços sócio-assistenciais às crianças e adolescentes de Juiz de Fora eram escassas, os dados sobre os serviços eram dispersos e havia pouca sistematização de informações.

Sobre os serviços sócio-assistenciais referentes à rede de assistência social direcionada às crianças e adolescentes em Juiz de Fora, a principal tônica nas informações obtidas apontava para inúmeras dificuldades de manutenção/continuidade e de qualificação dos serviços prestados. A instabilidade em relação aos serviços prestados devia-se aos escassos recursos financeiros e à necessidade de profissionalização dos serviços, mediante contratação e vinculação de profissionais, inclusive dos técnicos de nível superior, às organizações/instituições.

Podemos afirmar que o processo de gestão e organização dos serviços também era majoritariamente “amador”.

Ao abordarmos em 2010 as organizações/instituições prestadoras de serviços sócio-

assistenciais às crianças e adolescentes em Juiz de Fora, organizamos um formulário abrangente e minucioso.

Foram realizadas 112 entrevistas em 109 organizações/instituições. Em relação à 2001, esse número apresenta um acréscimo de 36,3%, em relação às 80 organizações entrevistadas naquele período. Além disso, levantamos informações acerca dos programas e projetos sociais voltados para crianças e adolescente, desenvolvidos pelo setor público.

## **2.1. Caracterização das organizações/instituições prestadoras de serviços socioassistenciais**

### **Institucionalização**

- organizações de natureza privada (72,5%),
- utilização de imóvel privado (74,3%)
- possuem documentação (Estatuto ou Regimento ou CNPJ ou todos ou dois deles ou apenas um deles), indicando uma organização jurídica (84,4%)
- possuem planejamento orçamentário anual (63,3%).
- organizações/instituições que declararam estar cadastrada, registrada ou inscrita no CMDCA (75,2%); no CMAS (71,6%)

### **Distribuição territorial**

- Maior concentração nas regiões Centro (38,5%), Leste (14,7%), Norte – considerada a região de maior “vulnerabilidade social” com a concentração de “áreas de especial interesse social” – e Sul (12,8% cada). A região que concentra menor número de instituições é a Oeste, com 5,5% do total da cidade.

### **Financiamento**

- 55% das organizações/instituições declararam ter vinculação com o fundo público, dessas, 71,7% afirmam ser essa a primeira forma de financiamento;



- 66,1% declararam ter financiamento proveniente de fundo privado, dessas, 62,5% afirmam ser essa a primeira forma de financiamento;

- 33% declararam contar com contribuições dos usuários como forma de financiamento dos serviços,

- 52,3% declararam não possuir plano para captação de recursos e 46,8% declarou possuí-lo.

- Os programas sociais desenvolvidos em Juiz de Fora pelo poder público, ou seja, pela Prefeitura Municipal, são, em maioria, financiados pelo Governo Federal, que em porcentagem representa 66,7% deles. O Governo Municipal prove o custeio de 23,8% dos programas e projetos sociais e o Governo Estadual apenas 4,8%. Há ainda, 4,8% dos programas e projetos sociais, com financiamento realizado através de parceria dos Governos Estadual e Municipal.

Duas questões são pertinentes em relação ao financiamento das organizações/instituições:

- Há uma relação significativa com o poder público mediada pelo acesso ao fundo público;
- Há uma insuficiência de sustentação pública para os serviços sócio-assistenciais.

A prevalência de instituições de natureza privada no campo da prestação de serviços sócio-assistenciais explicita o caráter híbrido dessa política de atendimento, para qual o Estado é a referência, mas não prevalece como executor no campo da oferta direta dos serviços.

### **Vínculo Religioso**

Das 79 organizações/instituições privadas, 59,5% declaram-se laicas e 40,5% religiosas. Em 2001, 47,2% das organizações/instituições privadas declararam possuir vínculo religioso. Ou seja, houve uma redução nesse percentual, indicando uma laicização desses serviços.



## **Expansão das organizações/instituições privadas**

Até 1970 a emergência de organizações/instituições acontece de modo espaçado, com a emergência de quatro organizações/instituições na década de 1940 e três em cada uma das décadas de 1950 e 1960.

No ano de 2000 há um “boom” com a emergência de 11,4% organizações/instituições laicas e 6,7% religiosas. Em 2001 o índice é de 9,1% para as organizações/instituições laicas, mantendo-se igual a 6,7% para as organizações/instituições religiosas nos anos 2001 e 2002. Em 2003, o índice para organizações/instituições religiosas sobe para 10,0%. A partir de 2005 o índice se estabiliza novamente, em 4,5% para as organizações laicas e em 3,3% para as organizações religiosas.

Na prestação dos serviços sócio-assistenciais, a predominância de organizações/instituições de natureza privada indica instabilidade na oferta dos serviços e dificuldade para qualificação dos mesmos.

Em relação aos anos anteriores, os índices de 2005 apontam uma queda na fundação de novas organizações/instituições.

## **Público Atendido por faixa etária**

- 67,9% das organizações/instituições privadas atendem a população até 6 anos.
- 61,5% das organizações/instituições privadas atendem a população de 7 a 12 anos.
- 63,3% das organizações/instituições privadas atendem a população de 13 a 14 anos.
- 52,3% das organizações/instituições privadas atendem a população de 15 a 18 anos.
- 42,2% das organizações/instituições privadas atendem a população com mais de 18 anos.

- 33,4% dos programas públicos atendem a população de 0 a 18 anos. E
- 28,7% dos programas públicos atendem a população de 6 a 18 anos.
- 74,3% das organizações/instituições declararam atender às crianças/adolescentes portadores de deficiência.

OBS: Destaca-se, em âmbito público, o Programa Passe Fácil Deficiente, que atende 278 alunos da rede pública municipal.

### **Composição da equipe de trabalho**

- 741 pessoas exercem uma variedade de 162 cargos e funções nas 109 organizações/instituições pesquisadas.
- 41,6% são trabalhadores com registro formal (37,7% celetistas, 3,1% estatutários e 0,8% sem identificação).
- 22,5% possuem vínculo através de contrato para prestação de serviços.
- 30,4% possuem vínculo como voluntário.
- 1,2% possuem vínculo na condição de estagiários.

A partir desses dados, podemos constatar a necessidade de uma qualificação das equipes profissionais e de um investimento na formalização dos vínculos a fim de gerar uma estabilidade na oferta dos serviços e uma qualificação dos mesmos.

No que se refere aos trabalhadores que executam os programas sociais do setor público, não há informações disponibilizadas nos relatórios sobre o vínculo trabalhista de **Coordenadores** em 76,2% dos programas sociais e 47,6% dos programas sociais não informaram o vínculo trabalhista dos **Operadores**. Destaca-se que grande parte dos dados não disponibilizados é dos programas executados pela Secretaria de Assistência Social.

Das informações contidas nos relatórios:

- 14,3% dos coordenadores possuem vínculo trabalhista como “efetivo”.
- 9,6% Coordenador “contrato” e “contrato e comissionado”.

- 19% dos programas sociais possuem operadores com vínculo trabalhista como quadro “efetivo” e 19% como “contratados.

- Demais programas sociais têm operadores com vínculos trabalhistas variados: “comissionados / efetivos / terceirizados” (4,8%), “comissionados / contratados” (4,8%), “efetivos / contratados” (4,8%).

## **2.2. Estruturação e funcionamento dos serviços prestados pelas organizações/instituições da sociedade civil**

Podemos dizer que o objetivo institucional pode vislumbrar um horizonte mais amplo, incorporando ou explicitando intenções pedagógicas.

Assim, ao oferecer serviços no campo da alimentação/nutrição, a organização/instituição pode também explicitar como objetivo um determinado conteúdo pedagógico, como por exemplo, a compreensão do usuário acerca da sua condição nutricional. Ou seja, a ação que inclui a distribuição de alimentos converge para um aprendizado acerca dessa necessidade, para os usuários e para a organização/instituição.

Nos objetivos relatados, observamos que há pouca ênfase em proposições pedagógicas no sentido de promover processos educativos, formadores, tanto na compreensão das demandas, quanto na relação com as situações apresentadas que serão objeto dos serviços executados institucionalmente.

### **Tipo de situação de ameaça e/ou violação de direitos que a instituição tem como foco**

- 37,4% trabalham com as questões referentes à inserção na escola.
- 35,8% atuam sobre as situações de violência.
- 29% têm como foco a maternidade/paternidade precoce.



## **Critérios de admissão nos programas e/ou serviços prestados pelas organizações/instituições**

- 90,8% dos entrevistados declararam que a organização/instituição possui critérios para admissibilidade no programa/serviço.

Dessas,

- 53,5% utilizam de dois a três critérios.

- 29,3% utilizam apenas um. E,

- 17,2% utilizam mais de três critérios.

A idade é o critério mais freqüente para admissão das crianças e adolescentes nas organizações/instituições (50%). A renda é o segundo critério mais utilizado (48,1%). A ameaça em relação à violação de direitos é o terceiro critério mais freqüente (36,4%). A proximidade com a residência aparece como critério em 27,8% das declarações e o sexo (gênero) é critério para apenas 5,6% das organizações/instituições.

Em termos de gênero, a grande maioria das organizações/instituições (94,5%) declarou atender ambos os sexos.

## **Modo como as crianças e adolescentes são encaminhados para a organização/instituição**

- 75,2% demanda espontânea e 61% familiares. Isso pode significar que menos da metade das organizações/instituições entrevistadas está operando como “rede de serviços” para as demandas vinculadas ao poder público (principalmente nas políticas públicas de assistência social e educação, mas também, nas demandas referentes ao Conselho Tutelar e ao Poder Judiciário).



**Quadro 1. Tipos de atendimentos realizados pelas organizações/instituições:**

<b>Tipo de atendimento realizado</b>	<b>Organizações que atuam na área (abs)</b>	<b>Organizações que atuam na área (%)</b>
Orientação e apoio sócio-familiar	38	34,9%
Apoio sócio-educativo em meio aberto (0-3 anos)	16	14,7%
Apoio sócio-educativo em meio aberto (4-6 anos)	12	11%
Apoio sócio-educativo em meio aberto (7-12 anos)	15	13,8%
Apoio sócio-educativo em meio aberto (13-14 anos)	10	9,2%
Apoio sócio-educativo em meio aberto (15-16 anos)	5	4,6%
Apoio sócio-educativo em meio aberto (17-18 anos)	6	5,5%
Abrigo (0-7 anos)	2	1,8%
Abrigo (7-18 anos)	0	-
Colocação familiar	2	1,8%
Prestação de Serviços à comunidade	11	10,1%
Liberdade Assistida	0	-
Semiliberdade	1	0,9%
Internação	2	1,8%
Programas de auxílio, orientação e tratamento para crianças e adolescentes que fazem uso abusivo de álcool e drogas	2	1,8%
Programas de atendimento psicológico ou psiquiátrico a crianças e adolescentes	9	8,3%
Programa de Defesa Jurídico-Social	4	3,6%
Capacitação, treinamento de educadores sociais e outros recursos humanos das instituições de atenção à criança e adolescente	6	5,4%
Assessoria técnica e financeira à instituição de atendimento	2	1,8%
Mobilização social pela garantia, defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente	5	4,6%
Cooperação financeira com instituição de atendimento a criança e ao adolescente	0	-
Outros (atendimento de portadores de deficiência; curso de Informática; profissionalização; atividades culturais; creche; abrigo de 4-12 anos)	9	8,3%

### **Quantidade de atendimentos realizados pelas organizações/instituições**

Por falta de informações existentes na maioria das organizações, não foi possível precisar o atendimento anual realizado. No entanto, considerando o levantamento baseado no intervalo da capacidade de atendimento de cada organização/instituição e a informação de que a diferença entre a capacidade e o número de atendimentos é irrelevante, podemos estimar um atendimento mínimo e máximo por mês com as seguintes dimensões:

**Quadro 2. Programas de atendimento direto:**

<b>Programa</b>	<b>Atendimento mínimo/mês</b>	<b>Atendimento máximo/mês</b>
Orientação e apoio sócio-familiar	1187	6400*
Apoio sócio-educativo em meio aberto (0-3 anos)	596	1134
Apoio sócio-educativo em meio aberto (4-6 anos)	921	1281*
Apoio sócio-educativo em meio aberto (7-12 anos)	1013	1434*
Apoio sócio-educativo em meio aberto (13-14 anos)	859	1222*
Apoio sócio-educativo em meio aberto (15-16 anos)	545	831
Apoio sócio-educativo em meio aberto (17-18 anos)	516	831
Abrigo (0-7 anos)	62	131
Abrigo (7-18 anos)	0	0
Colocação familiar	52	110
Prestação de Serviços à comunidade	401	713
Liberdade Assistida	0	0
Semiliberdade	11	31
Internação	52	110
Programas de auxílio, orientação e tratamento para crianças e adolescentes que fazem uso abusivo de álcool e drogas	252	400
Programas de atendimento psicológico ou psiquiátrico a crianças e adolescentes	388	632
Programa de Defesa Jurídico-Social	104	212
Outros (atendimento de portadores de deficiência; curso de Informática; profissionalização; atividades culturais; creche; abrigo de 4-12 anos)	473	473
<b>Total de atendimento</b>	<b>7432</b>	<b>15945</b>

(\*) Para as organizações/instituições que informaram ter capacidade de atendimento acima de 300 usuários/mês estabelecemos este índice para o quantitativo mínimo e máximo de atendimento

**Quadro 3. Programas de mobilização e apoio institucional:**

<b>Programa</b>	<b>Atendimento mínimo/mês</b>	<b>Atendimento máximo/mês</b>
Capacitação, treinamento de educadores sociais e outros recursos humanos das instituições de atenção à criança e adolescente	66	171
Assessoria técnica e financeira à instituição de atendimento	2	60
Mobilização social pela garantia, defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente	215	431
Cooperação financeira com instituição de atendimento a criança e ao adolescente	0	0

A maioria das organizações/instituições não foi capaz de informar o número de atendimentos realizados por faixa etária e nem a sua distribuição por sexo, prejudicando a utilização e análise desses dados.

Entretanto, em relação ao diagnóstico de 2001, observamos que houve um aumento no número de organizações/instituições que possuem esses dados. Contudo, a ausência deles indica uma dificuldade no campo do planejamento e da

execução dos serviços, uma vez que as informações sobre os usuários não estão organizadas.

### **Procedência das crianças e dos jovens atendidas pelas organizações / instituições:**

- Do próprio bairro, para 22,9% das organizações/instituições.
- De outros bairros, para 11,9% das organizações/instituições.
- Do próprio bairro e outros, para 48,6% das organizações/instituições.
- De Juiz de Fora e outros municípios, para 10,1% das organizações/instituições.
- Outros, para 6,4% das organizações/instituições.

### **2.3. Estruturação e funcionamento dos programas sociais no setor público**

A Prefeitura de Juiz de Fora desenvolve 21 programas sociais, executados pelas seguintes secretarias/departamentos:

- Educação - 28,6% dos programas (6).
- Saúde - 9,5% dos programas (2).
- Assistência Social - 47,6% dos programas (10). E,
- Cultura - 14,3% dos programas (21).

#### **Tipos de atendimentos realizados pelo setor público.**

- Orientação e apoio sócio-familiar (4,8%).
- apoio socioeducativo em meio aberto (9,5%).
- abrigo (4,8%).
- colocação familiar (4,8%).
- prestação de serviços à comunidade (4,8%).
- liberdade assistida (4,8%).



- programas de auxílio, orientação e tratamento para crianças e adolescentes que fazem uso abusivo de álcool e drogas (4,8%).
- atendimento psicológico ou psiquiátrico a crianças e adolescentes (4,8%).
- complementação escolar (4,8%).
- política de acesso a transporte (14,3%).
- atendimento específico na saúde (4,8%).
- atividades culturais (14,3%). E,
- políticas de transferência de renda através de acompanhamento do cumprimento de condicionalidades (14,3%).

### **Critérios de admissão nos programas sociais do setor público**

Os programas sociais possuem, em sua maioria, critérios de seleção, soma que equivale a 85,7% dos mesmos e apenas 9,5% não possui critério de seleção e 4,8% não especificou essa condição no relatório disponibilizado.

Apesar de serem programas sociais realizados pelo poder público, apenas 9,5% é universal.

Risco social é o critério de seleção predominante (42,9% dos programas sociais).

### **Quantidade de atendimentos realizados pelo setor público**

- Atendimento global - 12.510 crianças e adolescentes.

## **2.4. Infra-estrutura e gestão das organizações/instituições da sociedade civil**

**Ambiente físico e infraestrutura** – a capacidade física, a salubridade, os banheiros, o espaço para atividades em grupo (quando elas estivessem previstas no planejamento da organização/instituição), espaço para atendimento individual, segurança e equipamentos.

- Todos os indicadores obtiveram qualificação de satisfatório acima de 65%. Nesse

sentido, a avaliação dos entrevistadores foi positiva, indicando que as organizações/instituições, em sua maioria, estão operando em condições satisfatórias de capacidade física, espaço físico, salubridade e higienização dos banheiros.

- Quando somados os índices “Parcialmente satisfatório”, “Insatisfatório” e “Inexistente”, chamam atenção os descritores “Número de atendidos por profissional”, “Existência de salas específicas para equipe técnica”, “Espaço para atividades em pequenos grupos”, “Salão para atividades coletivas” e “Salas para atendimentos individuais que garantam privacidade” com soma acima de 30% (Ver Gráfico 12).

- Quanto ao somatório de “Insuficiente” e “Inexistente” destacam-se os descritores “Existência de salas específicas para equipe técnica”, “Salão para atividades coletivas” e “Salas para atendimentos individuais que garantam privacidade” com indicações negativas de 12,9%, 16,3% e 12,2% respectivamente.

- Considerando esses índices é possível inferir que, em cerca de 30% das organizações/instituições pesquisadas, os espaços para a atuação profissional estão inadequados ao tipo de serviço prestado.

**Gestão e Recursos humanos** – o modo de gestão e a qualificação dos recursos humanos, envolvendo os itens: formas de gestão, planejamento e projeto pedagógico, formação e capacitação de recursos humanos, supervisão e apoio de assessorias externas, coleta e registro de dados e informações, avaliação, parcerias.

- Nesse conjunto de indicadores a avaliação “Satisfatório” da maior parte dos entrevistadores variou entre 70% e 40%, exceto no tocante a “Articulação com o SIPIA”, “Avaliação sistemática das unidades de prestação de serviço” e “Existência de mecanismos de avaliação de resultados com relação à inserção social dos adolescentes”.

- Cabe registrar que descritor “Existência de projeto político-pedagógico” em 29,7% das organizações/instituições foi qualificado como insatisfatório (7,8%) ou inexistente (19,4%) ou sem informação (2,8%). Índice negativo para um elemento central para a

qualidade do atendimento.

- Chamam atenção os elevados percentuais de "Insatisfatório" em três dos sete descritores que compõem o indicador "Formação e capacitação de recursos humanos", sendo 10,6% para "Estratégias de formação continuada", 11,1% para "Área de treinamento" e 13,5% para "Formação continuada de todos os profissionais". Também chama atenção a indicação de "Inexistente", que variou de 17,3% a 32,1%. Isso mostra a fragilidade de processos de formação dos operadores da rede de atendimento.

- O índice de 57,8% de qualificação "satisfatório" para o descritor "regime de contrato" reforça a identificação da precarização da contratação dos operadores da rede de atendimento.

- Somando-se as qualificações de "insatisfatório" e "inexistente" do descritor "Supervisão técnica, administrativa e de pessoal", atinge-se o índice de 24,8% de organizações/instituições. Essa situação revela a precariedade do sistema de acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas organizações.

- A organização dos dados, como já destacado, apesar de ter melhorado em relação ao Diagnóstico de 2001, continua precário. O indicador "Coleta e registro de dados e informações" apresentou duas indicações de "Satisfatório" abaixo de 50%, sendo 40,8% para "Sistemática de coleta de dados e informações sobre o atendimento prestado" e 14,5% para "Articulação com a SIPIA". Cabe ainda registrar o elevado percentual de "Insatisfatório" (12,6%) no primeiro descritor ("Sistemática...") e "Inexistente" (71%) no último ("Articulação...").

- O Indicador "Avaliação" apresenta altos percentuais de "Inexistente", sendo 21,6% para o descritor "Processos de avaliação e acompanhamento dos profissionais" e 36,1% para o descritor "Avaliação sistemática das unidades de prestação de serviços". O pouco desenvolvimento de atividades de avaliação no campo social ainda é freqüente. Portanto, esta situação não se apresenta como uma particularidade de Juiz de Fora, porém, é fundamental destacar que isto não significa que não se devam fazer investimentos nesta área.

- O indicador "Parcerias" é composto de três descritores ("Estabelecimento de



parcerias para a realização das atividades sócio-educativas”, “Estabelecimento de estratégias para a continuidade do projeto” e “Existência de rede de voluntários”), todos com avaliação de “Satisfatório” com percentuais muito próximos e inferiores a 50%. As indicações de “Inexistente” variam de 17% a 26% e as de “Insatisfatório” variam de 8% a 13%. Percentuais elevados que produzem impacto negativo sobre a indicação de “Satisfatório”.

### **Avaliações satisfatórias superiores a 50%:**

- Dois descritores tiveram indicação de Satisfatório acima de 70%. São eles: “Escalas de trabalho saudáveis e adequadas” e “Organização e condições de trabalho dos profissionais”.
- Na faixa de avaliação como “Satisfatório” entre 60% e 70% concentram-se cinco descritores. São eles: “Monitoramento da frequência do adolescente nas unidades de prestação de serviço”, “Existência de planejamento (mensal, semestral e anual)”, “Processo decisório (democrático, participativo, colegiado, outros)”, “Mecanismos de comunicação externo e interno” e “Registro das ocorrências na unidade referência e de prestação de serviço”.

### **Avaliações com indicação de “Satisfatório” inferior a 50%:**

- Metade dos descritores apresentou percentuais de “Satisfatório” acima de 50% e a outra metade abaixo, sendo dez entre 40% e 48% e três abaixo de 30%.



**Quadro 4. Descritores com indicação de “Satisfatório” inferior a 50%:**

<b>Descritor</b>	<b>Satisfatório</b>
Supervisão técnica, administrativa e de pessoal oferecida pelo órgão central da instituição responsável e/ou órgãos públicos gestores	48,4
Estabelecimento de parcerias para a realização das atividades sócio-educativas e atendimentos necessários na comunidade	47,8
Estabelecimento de estratégias para a continuidade do projeto	47,8
Existência de rede de voluntários	46,3
Adoção de critérios para a seleção de pessoal que garantam um perfil compatível com o atendimento a ser realizado	46,2
Área de treinamento	42,2
Ingresso de profissionais mediante processo seletivo	42,0
Formação continuada de todos os profissionais da instituição	41,7
Sistemática de coleta de dados e informações sobre o atendimento prestado	40,8
Estratégias de formação continuada	40,4
Avaliação sistemática das unidades de prestação de serviço	34,7
Existência de mecanismos de avaliação de resultados com relação à inserção social dos adolescentes	33,3
Articulação com o SIPIA	14,5

Fonte: Centro de Pesquisas Sociais, outubro de 2010.

Nota: Para elaboração deste gráfico considerou-se as respostas válidas.

### **Principais dificuldades enfrentadas pela instituição**

- Os itens mais mencionados foram: os recursos financeiros (a ausência deles) e a qualificação dos recursos humanos.
- Em menor escala, aparecem as dificuldades relacionadas aos usuários e à organização dos serviços.
- Em relação aos usuários, foram mencionadas as dificuldades que envolvem: falta de participação e envolvimento das famílias (9 vezes); falta de perspectiva dos jovens (1 vez); falta de participação popular (2 vezes); falta de reconhecimento dos direitos e deveres da criança (1 vez). Também foram mencionadas questões como violência (2 vezes), tráfico, prostituição, abandono infantil (1 vez cada). O conjunto dessas dificuldades referentes à relação com os usuários reúne 16 menções, o equivalente a 10,6% das respostas dos entrevistados.
- Sobre a organização das atividades, da rotina das instituições, aparecem dificuldades referentes ao espaço físico (mencionado 17 vezes), falta de vagas (7 vezes), burocracia (4 vezes), parcerias (2 vezes), organização do atendimento (1



vez) e regulamentação (1 vez). No conjunto, são 32 menções, ou 21,2% das respostas válidas.

### **Relação com o CMDCA e o Conselho Tutelar:**

- 55% (60 instituições) das organizações/instituições afirmaram existir “alguma relação com o CMDCA”. 45% (49 instituições) afirmaram não existir relacionamento entre elas e o CMDCA. É preocupante o fato de que 45% das instituições indicarem não ter nenhum tipo de relacionamento com o CMDCA. Tal constatação indica a necessidade de promover essa aproximação, intensificando os espaços de capacitação e discussão.

- Em relação ao Conselho Tutelar, 70 instituições (64,2%) declararam existir alguma relação com o mesmo. Para 55,7% o contato refere-se a encaminhamentos e acompanhamento de casos, 21,4% indicaram receber orientações e 10% suporte do Conselho Tutelar, outros 10% indicaram parcerias.

### **Sobre o ECA**

- 82 organizações/instituições (75,2%) afirmaram debater o Estatuto com a equipe e com os seus usuários;

- As organizações/instituições informam um conjunto de iniciativas para o cumprimento do ECA.

## **2.5. Avaliação dos serviços pelas famílias registradas no CadÚnico**

Esta avaliação consta do documento “*PERFIL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM FAMÍLIAS REGISTRADAS NO CADASTRO ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORA*”, onde foram aplicados 613 questionários.

- No entanto, no máximo 14,6% dos questionários aplicados podem ser considerados como passíveis de aproveitamento para alguma avaliação. Pois, como

já apresentado, dos que possuem demandas sociais atendidas, apenas 44% consideraram que há serviço a ser avaliado. Ainda assim, considerando este número limitado, persiste uma demanda não atendida - e elevada: em um dado redondo, 72%.

- A prestação de serviços é feita majoritariamente por apenas uma entidade – 91,4% dos casos. Cabe destacar, que há quase nenhuma presença de organizações religiosas, o que reforça as informações relativas à natureza das organizações/instituições que executam serviços socioassistenciais, indicando um processo de laicização do atendimento.

- A lista de atividades realizadas mostra grande diversidade, sendo os dois únicos destaques isolados dança e futebol. Fora isso predominam atividades educativas em diferentes áreas – música, dança, reforço escolar, esportes. Quase não existem atividades de profissionalização.

- As instituições consideradas apresentam continuidade de atendimento, mas 20,4% interromperam o serviço pelo menos uma vez. As interrupções foram motivadas, principalmente, por dificuldade financeira ou operacional.

- Os serviços são considerados bem divulgados (85%) e os procedimentos institucionais são informados aos usuários (89%).

- Os procedimentos relacionados ao registro e controle de dados são frágeis (18% não realizam cadastro e 40,4% cadastram apenas o usuário o final do serviço), como já identificado no levantamento junto às instituições.

- A participação dos usuários na avaliação dos serviços é baixa (63% nunca ou raramente participam). Esta situação reforça os dados sobre a fragilidade do processo de avaliação dos serviços desenvolvidos.

- 77,4% das famílias disseram as instituições sempre prestam informações sobre as atividades e o progresso dos usuários.

- A avaliação dos usuários a respeito dos serviços utilizados é extremamente



positiva.

**Quadro 5. Quadro geral de avaliação segundo itens específicos:**

Avaliação	Regularidade	Qualidade	Divulgação	Atendimento	Higiene e limpeza	Presteza	Educação com usuário
Ótimo	34,4	37,0	21,7	38,5	37,6	41,8	47,3
Bom	53,8	57,6	63,0	52,7	52,7	48,4	47,3
Regular	10,8	5,4	8,7	7,7	9,7	8,8	4,4
Ruim	-	-	4,3	-	-	1,1	1,1
Péssimo	1,1	-	2,2	1,1	-	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo – Centro de Pesquisas Sociais/UFJF, janeiro de 2011.

**Quadro 6. Resumo das médias de avaliação:**

Avaliação geral	Média das respostas do quadro geral
Ótimo	36,9
Bom	53,6
Regular	7,9
Ruim	2,2
Péssimo	1,5

Fonte: Pesquisa de Campo – Centro de Pesquisas Sociais/UFJF, janeiro de 2011.

Os dados apresentados nesta parte do relatório final configuram o panorama da situação dos programas, projetos e serviços executados no município de Juiz de Fora, através de organizações/instituições da sociedade civil e do poder público municipal.

Essas informações, em conjunto com as presentes na primeira parte do relatório, apresentam uma importante caracterização da situação da criança e do adolescente juizforano, possibilitando a elaboração da proposta de subsídios para a construção do Plano Municipal de Proteção Integral das Crianças e Adolescentes.



### **PARTE III - Subsídios para a construção do Plano Municipal de Proteção Integral das Crianças e Adolescentes de Juiz de Fora**

As propostas de subsídios foram organizadas a partir da análise do diagnóstico do atendimento destinado às crianças e adolescentes de Juiz de Fora, presente nos seguintes documentos, também elaborados pelo CPS/UFJF: *“RELATÓRIO ESTATÍSTICO E ANALÍTICO SOBRE O PERFIL SOCIOECONÔMICO DE JUIZ DE FORA, COM ÊNFASE NA CRIANÇA E NO ADOLESCENTE”*; *“CARACTERÍSTICAS DA REDE DE SERVIÇOS SOCIAIS E ASSISTENCIAIS NA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE EM JUIZ DE FORA”*; e *“PERFIL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM FAMÍLIAS REGISTRADAS NO CADASTRO ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORA”*.

Para melhor visualizar as propostas sugeridas, estruturamos a indicação dos subsídios pelos seguintes eixos: tipos de serviços e expansão e qualidade do atendimento.

O primeiro eixo foi desenvolvido a partir do quadro de confrontação quantitativo e qualitativo entre necessidades e serviços existentes. Através desse quadro indicamos as necessidades não atendidas, áreas geográficas não cobertas por determinados serviços, concentração de serviços por área geográfica, serviços que devem ser priorizados entre outras informações.

A partir desse primeiro eixo o CMDCA poderá definir as prioridades em termos de orientação para a expansão dos serviços de atendimento em termos quantitativo e qualitativo.

O segundo eixo (qualidade do atendimento), através da identificação das fragilidades internas dos diferentes programas/projetos e ações, apresenta orientações para melhorar a qualidade do atendimento prestado às crianças e aos adolescentes juizforanos.

O CMDCA, assim, poderá definir os nós críticos relativos à qualidade dos serviços de atenção à criança/adolescente e estabelecer as estratégias de intervenção



adequadas para melhorar a referida qualidade.

Com essa orientação, apresentaremos a seguir o conjunto de propostas para servir de subsídios para a construção do **Plano Municipal de Proteção Integral das Crianças e Adolescentes de Juiz de Fora**.

### **3.1 - TIPOS DE SERVIÇOS E EXPANSÃO**

#### **Orientação para a política de expansão**

- Prioridade para a expansão de Programas/projetos/serviços para as áreas Norte (maior vulnerabilidade social) e Leste (mais baixa renda familiar).
- Expansão dos serviços a serem executados diretamente pelo Poder Público Municipal.
- Ampliação do financiamento público para o desenvolvimento e qualificação do atendimento à criança e ao adolescente realizados pelas OSCs, visando a expansão da rede de atendimento público.

#### **Orientação para a priorização dos serviços**

##### **a) Saúde**

- Atenção a casos de diarreia em crianças nas áreas leste, nordeste e sudeste.
- Desenvolver programas de saúde voltados para o combate de doenças respiratórias, principalmente nas regiões norte, nordeste, sudeste e oeste.
- Expansão do atendimento de crianças e adolescentes portadores de deficiência nos programas/projetos/serviços.
- Desenvolver programas voltados para deficientes visuais.



## **b) Trabalho**

- Duplicação do atendimento do PETI.
- Expandir programas de profissionalização

## **c) Cultura e Lazer**

- Expansão da política de cultura e lazer – teatros, cinemas, shows...

OBS: O quadro abaixo apresenta as demandas das famílias cadastradas no CadÚnico que pode servir como orientação para priorização dos serviços a serem ofertados.

**Quadro 7. Existência de demandas não atendidas que seriam importante receber ou ter acesso gratuitamente:**

<b>Área</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Total</b>
Educação	62,3	37,7	100,0
Profissionalização	51,9	48,1	100,0
Área de esportes	66,6	33,4	100,0
Arte e cultura	63,9	36,1	100,0
Entretenimento e Atividades de lazer	66,4	33,6	100,0
Atendimento de saúde	67,2	32,8	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo – Centro de Pesquisas Sociais/UFJF, janeiro de 2011.

## **3.2 QUALIDADE DO ATENDIMENTO**

### **a) Condições de trabalho**

- Combater a precarização da contratação dos servidores das organizações/instituições, apoiando a formalização das contratações
- Investir na adequação dos espaços das organizações/instituições para melhorar as condições do trabalho profissional realizado

### **b) Fortalecimento da dimensão pedagógica do atendimento**

- Apoiar a elaboração dos projetos pedagógicos dos programas sociais.
- Capacitar as organizações/instituições para inserir em suas atividades a dimensão

pedagógica

- Investir em ações voltadas para o “apoio e orientação sócio-familiar” das organizações/instituições que atendem crianças/adolescentes.
- Definir um plano continuado de formação dos operadores da rede pública e privada de atendimento à criança e ao adolescente.

### **c) Aprimoramento da gestão**

- Apoiar a organização/informatização das informações de atendimento das entidades públicas e privadas.
- Desenvolver sistema de acompanhamento/avaliação sistemática dos programas sociais.
- Intensificar a ação do CMDCA junto às organizações/instituições

Para concluir, cabe lembrar, como bem destacado no projeto firmado entre o CMDCA e o CPS/UFJF, que a deliberação do Plano Municipal é de competência exclusiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Assim sendo, as propostas aqui apresentadas visam apenas subsidiar e assessorar o CMDCA em sua tarefa de formulação e deliberação do Plano Municipal, através das informações sistematizadas e analisadas dos diferentes produtos que este projeto construiu.

Portanto, em hipótese alguma, as propostas aqui apresentadas, enquanto subsídios para a formulação do Plano Municipal, esgotam as possibilidades de construção de estratégias de ação e, também, não eliminam a necessidade dos conselheiros, gestores e cidadãos se debruçarem sobre os documentos de diagnóstico para produzirem suas próprias sínteses e construírem, inclusive, outras propostas e prioridades. Dessa forma, estamos deixando claro que a tarefa de análise e proposição de política nunca é neutra. Por isso, os elementos apresentados neste

documento não estão imunes à crítica e a redefinições.

No entanto, a partir desse processo e tendo como base os subsídios apresentados acima consideramos que o CMDCA poderá construir um Plano Municipal abrangente, com informações precisas sobre a situação da infância e adolescência.

